



Visões iniciais do Plano Participativo de Mobilidade Urbana de Cabo Frio - RJ

Gabriel Guanabará Lemos Marques, Tatiana Tramontani Ramos

O presente estudo, encontra-se em fase embrionária, e por isso não expõe uma reflexão tão aprofundada sobre a temática. Entretanto, temos por objetivo com esta apresentação, organizar, ainda que de forma incipiente, as primeiras percepções e reflexões à luz de uma abordagem teórica e de uma análise empírica, como é articulada e construída uma proposta de participação popular na formulação de um plano, tendo como referencial, o plano de mobilidade urbano da cidade de Cabo Frio – RJ. Assim sendo, pretendemos analisar em *lócus*, todos os tramites percorridos na elaboração, implementação e efetivação do plano de mobilidade, assim como, a efetiva participação popular e suas contribuições e deliberações. Dentre os procedimentos metodológicos temos até o presente momento: (a) trabalhos de campo, onde participamos das reuniões organizadas pelo poder público e (b) levantamento bibliográfico. Como disparador para os debates, inferimos que o processo de redemocratização, associado à re-ascensão de algumas organizações de movimentos sociais - que expuseram através de reivindicações e lutas, o desejo de participar efetivamente do processo de construção das políticas públicas – atrelado a promulgação da constituição de 1988, e criação do estatuto das cidades (2001), construíram um *know-how* para propagação de um processo, em que o planejamento pudesse ser construído com base na participação popular. Mas, a forma com a qual vem sendo conduzido o processo em Cabo Frio (percebida durante nossas visitas de campos) é controversa ao nosso ver, pois, ao falar em planejamento participativo é de imediato questionar as práticas e dinâmicas tradicionais de planejamento quem vem sendo utilizadas, nas quais as relações estabelecidas entre Estado e sociedade se dá de forma vertical, o que geralmente é prática operante na formulação desse planejamento. Na contra vertente, por nós defendida, a participação constitui-se enquanto um projeto coletivo, que rege pela inclusão da sociedade em todos os momentos do processo, desde a elaboração, passando pela execução, chegando na avaliação, num processo cíclico, almejando sua emancipação. Por ora, o que podemos concluir perceber, seja no campo teórico, ou efetivamente nas arenas de debate, é que, deve haver cada vez mais, uma aproximação entre a sociedade e o poder público, com o intuito de assegurar políticas que atendam as demandas sociais, observando suas práticas sócio-espaciais.

Palavras-chave: Planejamento Participativo, Plano de Mobilidade, Cabo Frio.

Instituição de fomento: CAPES, PPG/UFF-Campos